



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após cerimônia de celebração de contrato para incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina pelo Banco do Brasil Florianópolis – SC, 05 de outubro de 2007

Jornalista: Qual é a avaliação do senhor sobre a decisão do Supremo sobre fidelidade partidária?

Presidente: Antes de falar do Supremo, deixem-me dizer para vocês da alegria de estar aqui em Santa Catarina participando desse acordo histórico entre o Banco do Brasil e o Besc, entre o governo federal e o governo estadual. Eu acho que, muito mais do que o cumprimento de um compromisso que o governador Luiz Henrique e eu tínhamos assumido, é a certeza de que o Besc continua sendo um banco público, um banco indutor do desenvolvimento do estado, um banco preocupado em fazer investimentos para os pequenos e médios empresários, para os grandes empresários mas, sobretudo, para a agricultura familiar. Um banco que vai ganhar densidade, vai ganhar, eu diria, uma força muito grande, porque o nome do Banco do Brasil é o nome bancário mais respeitado em toda a América Latina. Eu acho que Santa Catarina está de parabéns por este dia de hoje, acho que é um dia marcante para o povo de Santa Catarina.

Com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal, vocês sabem que eu tenho dito, publicamente, que não comento decisões da Suprema Corte, ou seja, não cabe ao presidente da República dizer se a Suprema Corte acertou ou errou, porque a Suprema Corte é a Suprema Corte: ela decidiu, é a decisão dela, nós temos que respeitar, acatar e fazer cumprir.

Jornalista: Mas, e a orientação à sua base?



Presidente: Não tem orientação à minha base, não tem por que orientar a base, é uma decisão da Suprema Corte. Alguns partidos que se sentiram prejudicados pediram o parecer da Suprema Corte, ela deu. Meu caro, cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, portanto, nem governador, nem presidente comentam as decisões da Suprema Corte.

Jornalista: O senhor acha positiva a fidelidade partidária?

Presidente: Eu acho positiva a fidelidade partidária, é uma coisa importante até para fortalecer os partidos políticos. É muito importante. Agora, essas coisas você não pode mexer no meio do caminho. Essas coisas você precisa construir com as pessoas sendo candidatas, sabendo que as regras são essas e que, portanto, não podem mudar. Às vezes, não é apenas um deputado que muda ou um senador, às vezes, é o partido que muda. Nesse caso, nós temos partido que mudou até de nome. Portanto, os deputados não são obrigados a ficar num partido que tem o nome diferenciado.

Jornalista: O senhor vai se licenciar em 2010, Presidente?

Presidente: Primeiro, eu não estou pensando em 2010. Estou pensando no Brasil, estou pensando em governar este País até o dia 31 de dezembro. Ora, quando chegar 2010, ainda falta muito tempo, três anos ainda, é que eu vou pensar em 2010.

Jornalista: O senhor vai chamar os senadores do PMDB para aprovar, para discutir a CPMF no Senado? O senhor está preocupado com a CPMF?

Presidente: Não, eu acho que vão aprovar a CPMF. A CPMF é um imposto



justo. Quando vocês conversarem com alguém que faça críticas à carga tributária, perguntem que imposto aumentou. Eu poderia perguntar aqui para vocês: que imposto aumentou para o jornalista brasileiro, para quem vive de salário? Nenhum. A verdade é que as pessoas estão pagando mais porque estão ganhando mais. É só ver o lucro dos bancos, ver o lucro das mil maiores empresas brasileiras, que vocês vão perceber que as pessoas estão ganhando mais e, portanto, têm que pagar mais. É assim no Brasil e é assim em qualquer parte do mundo. Da nossa parte, o que nós precisamos, tanto prefeitos, quanto governadores, quanto presidente da República, é arrecadar o máximo possível, com a menor taxa de imposto possível, para que a gente faça a maior política de distribuição de renda possível de fazer. É essa a lógica.

Jornalista: Agora, pode haver uma revisão de impostos, Presidente, com a aprovação da CPMF?

Presidente: Nós já fizemos. As pessoas esquecem com muita facilidade das coisas. As pessoas esquecem que nós fizemos 32 bilhões de reais de desoneração em 2006. Trinta e dois bilhões de reais que eu poderia estar aplicando em política social e, entretanto, nós desoneramos. Desoneramos, já, uma CPMF. Mas as pessoas já esqueceram que nós acabamos de aprovar a Lei Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que vai criar um outro rito de pagamento de impostos para as micro, pequenas e médias empresas, que vai ter uma desoneração de mais 5 bilhões. (inaudível)...esquecem das coisas que já aconteceram e ficam apenas discutindo as coisas que podem acontecer. O Brasil não pode ter medo de arrecadar mais. O mal do Brasil é que durante muito tempo ele arrecadou menos. Então, o Brasil precisa arrecadar o justo para fazer a política social justa que o Brasil precisa. Por isso, eu estou convencido de que a Câmara e o Senado vão aprovar a CPMF.

Muito obrigado e até outro dia.